

# VARIAÇÕES SOBRE O ESTADO SUICIDÁRIO

*três possíveis interpretações acerca do  
modo destrutivo de o facismo operar*

VARIATIONS ON THE SUICIDAL STATE

*three possible interpretations of how fascism operates*

**Ronaldo Pelli<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Escritor, mestre e doutorando em Filosofia pela PUC-Rio, com bolsa Faperj nota 10. E-mail: [ronaldopelli@gmail.com](mailto:ronaldopelli@gmail.com).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2437545597681125>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9405-774X>.

**RESUMO:** Quando Paul Virilio cunhou a expressão Estado suicidário na década de 1970, o termo foi logo utilizado por outros pensadores, como Foucault, Deleuze e Guattari, para se referir ao nazifascismo. A intenção era mostrar que o modo de operar de tal projeto político era diferente de outros regimes totalitários por conta de uma força de destruição intrínseca que acabava por, ao fim do processo, atingir a própria nação que o projetou. Para defender esse ponto, este artigo começa mostrando um pouco da epidemia de suicídios que assolou a Alemanha ao fim da Segunda Guerra Mundial e sugere a provável inspiração para a comunicação apócrifa de Hitler que Virilio alcunhou de telegrama 71 e a resumiu na frase “Se a guerra está perdida, que a nação pereça”. Em seguida, aponta três possíveis leituras para o conceito Estado suicidário: a primeira, seguindo de perto Foucault, que usou tal frase numa aula em 1976, em que abordava pela primeira vez a biopolítica. A segunda, acompanhando Deleuze e Guattari, que a utilizaram para falar sobre a força de destruição das máquinas de guerra quando elas assumem o formato Estado. E a terceira que, buscando ainda inspiração em Deleuze e Guattari, tenta demonstrar que o fascismo é a tentativa de forjar uma noção de maioria, mesmo que tal proposta seja uma impossibilidade conceitual.

**Palavras-chave:** Fascismo. Deleuze. Guattari. Estado suicidário. Foucault.

**ABSTRACT:** When Paul Virilio coined the expression Suicidal State in the 1970s, the term was soon used by other thinkers such as Foucault, Deleuze and Guattari, to refer to Nazi-fascism. The aim was to show that this kind of political system operates differently from other totalitarian regimes because of an intrinsic force of destruction. This force of destruction ends up, at the conclusion of the process, reaching the very nation that projected it. To defend this point, this article begins by showing the suicidal epidemic that plagued Germany at the end of the Second World War. Next it suggests a possible inspiration for Hitler's apocryphal communication that Virilio nicknamed telegram 71 and summed up in the phrase "If the war is lost, let the nation perish". This paper then suggests three possible interpretations for the Suicidal State concept: the first one is based on Foucault, who used the term in a class in 1976 when he first addressed biopolitics. The second follows Deleuze and Guattari, who borrow from Virilio the concept to speak about the destructive force of war machines when they assume the State format. The third, still seeking inspiration in Deleuze and Guattari, tries to demonstrate how fascism is the attempt to forge a notion of majority, even if such a proposal is a conceptual impossibility.

**Keywords:** Fascism. Deleuze. Guattari. Suicidal state. Foucault.

## INTRODUÇÃO

Com a ascensão de governos de extrema-direita na segunda década do século XXI, uma das formas mais comuns de abordar o fenômeno foi se utilizar da expressão “Estado suicidário”. É o caso, por exemplo, do filósofo brasileiro Vladimir Safatle, que escreveu ao menos dois textos, fora apresentações em colóquios<sup>2</sup>, em que o mote é utilizado. No primeiro texto analisado aqui, publicado na coleção #PandemiaCrítica, no site da editora “N-1”, Safatle começa informando que estávamos, então, nós, brasileiros sob o governo de Jair Bolsonaro, em meio à maior crise de saúde em décadas, participando de um novo experimento social mortífero. Um experimento que não se compara à “já tradicional figura do necroestado nacional”. Para ele, já caminhávamos para além da “temática necropolítica”, em que o Estado seria “apenas” o gestor da vida e da morte, e indo em direção a um em que o Estado seria o “cultivador da sua própria explosão”. Em seguida, ele explica que tipo seria esse: “[t]rata-se da implementação de um ‘estado suicidário’, como disse uma vez Paul Virilio” (SAFATLE, [2020?]).

No segundo texto, publicado no site A terra é redonda em 2021, Safatle mostra como esse sentimento de que o nazismo vendia salvação e entregava destruição já perpassa pensadores que estudaram o fenômeno logo assim que ele ocorreu, como o filósofo alemão Theodor Adorno. Em seu texto de 1946, “Antissemitismo e propaganda fascista”, Adorno (junto com outros pesquisadores) lembrava como, “[e]nquanto advertem de perigos iminentes, eles e seus seguidores se excitam com a ideia da ruína inevitável sem sequer diferenciar claramente entre a destruição de seus inimigos e de si mesmos” (ADORNO; LOWENTHAL; MASSING, 2015, p. 152). Na hora de abordar a expressão cunhada por Virilio, Safatle lembra que o pensador francês a criou na década de 1970 para mostrar a diferença que havia entre o totalitarismo soviético e o fascismo elevado à última potência do regime nazista. Tal leitura, na verdade, foi feita pela dupla de pensadores também franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, quando abordam o fascismo e usam, igualmente, a expressão de Virilio – como se verá a seguir. De qualquer forma, fica claro na leitura de Deleuze e Guattari que o fascismo não era apenas um regime baseado na força, na violência e na

---

<sup>2</sup> Como no seminário *Direitas, Fascismos, Bolsonarismo*, realizado em 18 de agosto de 2021 e disponível em: <https://youtu.be/rviyAfbBA6U> (GRUPO DE PESQUISA MATERIALISMOS, 2021).

extrema supressão de liberdade, como seriam as características do totalitarismo, havia uma particularidade no processo de morte generalizada que não era direcionada com exclusividade a um grupo específico dentro da sociedade (apesar de ser sua prioridade). Por sua ânsia destrutiva, tal tipo de Estado acabava por atingir todo o seu corpo, provocando uma autocombustão – embora, em certos casos, não explosiva, mas branda.

Em ambos os textos de Safatle, é mencionada a origem de tal expressão inventada por Virilio: o famoso telegrama 71, em que o ditador nazista Adolf Hitler teria afirmado, já nos estertores do conflito mundial, em 1945: “Se a guerra está perdida, que a nação pereça”. Como se afirmasse que, se caso não houvesse uma forma de vencer o combate, o melhor seria, em vez de se entregar, acabar com a ideia de Alemanha, ao menos, a ideia de Alemanha segundo Hitler.

Pegando o gancho de Safatle, que faz duas diferentes aproximações para a mesma passagem de Virilio, este artigo propõe mais três outras possibilidades para a expressão Estado suicidário, todas relacionadas aos regimes fascistas. Uma se apoiando numa leitura do filósofo Michel Foucault, que explica que a guerra é a forma de expor sua própria população à morte, com vistas a uma “limpeza” deste grupo, para que sobreviva apenas os mais aptos. Uma segunda, já mencionada, a partir de uma interpretação de Deleuze e Guattari, em que o processo de tomada do Estado por parte do que eles chamam de máquinas de guerra faz com que o próprio Estado seja corroído por dentro, causando assim a sua destruição. E uma terceira, que também se apoia numa passagem de Deleuze e Guattari, sobre a correlação entre os conceitos de maioria e minoria, em que se defende que a capacidade de se tentar formular um Estado que é sempre uma criação da maioria, sendo essa maioria uma artificialidade, faz com que a minoria sempre escape – porque não é possível se adequar à essa maioria inventada. Como a minoria é tratada com a morte e como a maioria não existe, o Estado acaba por se corroer pelas beiradas até que tal corrosão chegue no seu cerne.

Antes disso, porém, como forma de contextualizar o problema, este texto sugerirá uma outra origem de tal expressão – que, provavelmente, não nasceu de uma frase tão sucinta assim escrita por Hitler em um telegrama. Ademais, com essa contextualização, haverá espaço também para demonstrar que a questão do suicídio não era uma metáfora para a Alemanha nazista. Na primavera alemã de 1945, ou seja, no fim de março, em abril

e início de maio – os últimos momentos da guerra, que foi encerrada no dia 8 de maio –, houve na Alemanha de fato uma “epidemia de suicídio sem precedentes” (GOESCHEL, 2009, p. 149)<sup>3</sup>.

Tudo isso para mostrar que todas as interpretações da expressão “Estado suicidário” não são necessariamente excludentes. Ao contrário, podem funcionar de forma atemporal e complementar para entendermos quando uma organização de tamanha tração como um Estado começa a entrar em colapso e opta por sua completa desestruturação e a prática de morte em larga escala. Isso pode acontecer de forma indireta, quando o Estado opta pela passividade ou a negligência de suas atribuições; ou quando atua produzindo o que Foucault (2005, p. 290-291) chamou de “morte permanente”, “que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece”.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Com a ascensão do partido Nacional-Socialista ao poder, em janeiro de 1933, uma das grandes preocupações dos nazistas foi associar a república de Weimar, denominação do governo alemão no período que os precedeu, a uma desorganização constante que, entre outras consequências, acabaria por produzir casos de suicídio em grande número. As causas dessas mortes, segundo os nazistas, variavam desde problemas econômicos, que minavam as esperanças dos alemães, passando pelas humilhações sofridas com o Tratado de Versalhes, até mesmo a desagregação social, a qual os nazistas tanto diziam combater com o seu espírito de corpo com toques militares. “De acordo com Hitler, o alegado fortalecimento da comunidade por meio do regramento nazi deveria resultar num declínio no número de suicídios”, escreve o historiador Christian Goeschel em seu livro que aborda exatamente as mortes por suicídio na Alemanha nazista (GOESCHEL, 2009, p. 56, com algumas adaptações na tradução)<sup>4</sup>. Não houve qualquer modificação no número de suicídios, entretanto, com a tomada do poder pelos nazistas – na verdade, nem mesmo houve uma melhora econômica significativa no governo dos nazistas (GOESCHEL, 2009). O que houve

---

<sup>3</sup> “[U]nprecedented suicide epidemic”.

<sup>4</sup> “The alleged strengthening of the people’s community through Nazi rule, according to Hitler, should have resulted in a decline of the number of suicides.”

foi uma mudança na forma de entender o suicídio. Se antes o suicídio era visto como um problema meramente econômico ou de desagregação social, com os nazistas, o suicídio foi encarado muitas vezes como uma fraqueza do indivíduo. Numa compreensão próxima da do darwinismo social, os nazistas acreditavam que quem cometia suicídio era menos apto a viver em sociedade – principalmente em uma sociedade que pensava o povo (*das Volk*) antes do indivíduo. O corpo e a vida não pertenciam ao homem, mas ao Estado. Esta morte, ao menos, purificaria o grupo social que permanece: os mais aptos sobrevivem. Também haveria, neste raciocínio, uma ideia de que esta fraqueza era hereditária e passaria às novas gerações pelos genes. Com o suicídio, tal gene seria impedido de se propagar (ou de continuar a se propagar). Havia, assim, uma visão dupla sobre o suicídio, ambas respaldadas por essa versão do darwinismo social: eram contra, quando praticado por filiados ao partido nazista, principalmente os de alto escalão; ou eram a favor, o que acabava se confundindo com a própria ideia de assassinato, quando o alvo era um indivíduo considerado descartável – numa leitura muito próxima à proposta pela biopolítica desenvolvida por Foucault, como poderá ser visto a seguir. “O suicídio era bem-vindo se pessoas eugenicamente fracas se matassem” (GOESCHEL, 2009, p. 60)<sup>5</sup>. Ou seja, havia ainda uma exaltação da vida – não de qualquer vida, mas, ainda assim, alguma vida: a nazista. Isso tudo, antes da guerra.

Ao fim do conflito, quando as forças alemãs estavam já em frangalhos e a derrota era uma questão de tempo, o tratamento do suicídio se modificou novamente. O ministro da Propaganda do regime, Joseph Goebbels, organizou uma campanha para tentar acender os ânimos dos últimos remanescentes alemães que ainda poderiam lutar no conflito. A intenção era mostrar o perigo que seus conterrâneos corriam com a chegada do Exército Vermelho, vindo do Leste, da União Soviética, e que ganhava terreno diariamente. As práticas dos soldados soviéticos – não muito diferente das dos próprios nazistas – consistiam em, entre outras táticas, estupros em massa<sup>6</sup>. A proposta inicial de Goebbels de animar os alemães, contudo, surtiu efeito inverso ao esperado. Como forma de evitar que caíssem nas mãos dos soviéticos, muitas mulheres alemãs optaram por tirar suas próprias vidas. Os números são

---

<sup>5</sup> “[S]uicide was to be welcomed if eugenically weak people exterminated themselves through suicide”.

<sup>6</sup> Alguns historiadores sugerem que os soldados soviéticos estupraram cerca de 1,9 milhão de mulheres até o fim da guerra (GOESCHEL, 2009, p. 158). Já como forma de contextualizar os efeitos do outro lado do *front*, basta mencionar a estratosférica cifra de cerca de 20 milhões de soviéticos que perderam suas vidas nessa guerra (HUBER, e-book).

impressionantes. No ápice da batalha para a tomada de Berlim, as taxas de suicídio quintuplicaram (GOESCHEL, 2009, 160).

Não foi apenas o medo que fez com que as pessoas tirassem suas próprias vidas. Havia também orgulho, o que nos leva para a terceira possibilidade de interpretação do conceito de Estado suicidário, que será detalhada mais à frente neste texto. Ao retratar os soviéticos como monstros em sua propaganda, o regime nazista construiu para si uma derrota ainda mais vergonhosa. Como os nazistas se achavam super-homens, não era concebível para eles serem submetidos a tais bestas soviéticas. A morte, em vez de derrota ou capitulação, era uma decisão, de acordo com esse raciocínio nazista, mais honrosa (GOESCHEL, 2009, 156-158). Este argumento se aplicava em especial aos altos escalões da organização nazista – vários chefes, generais e oficiais se mataram ao fim da guerra<sup>7</sup>. No caso do restante da população alemã, incluindo aí as baixas patentes das Forças Armadas, ela era também vista como fraca pelos nazistas que ocupavam os postos mais altos das Armas, e nada mais “esperado” que retirassem a própria vida. A população, afinal, era a culpada pelo fato de a Alemanha estar perdendo a Guerra, como se comprova pelo famoso telegrama 71.

Tal telegrama, da forma como foi divulgado por Paul Virilio e com a numeração pela qual se tornou famoso, dificilmente existiu<sup>8</sup>. Segundo Virilio escreveu em seu *Essai sur l'insécurité du territoire*, em 1976, Hitler teria dito que “Se a guerra está perdida, que pereça a nação”. Este comunicado, com o número 71 e a frase *ipsis litteris*, não aparece, por exemplo, no *site German History in Documents and Images* (GHDI), que reúne as missivas nazistas da Segunda Guerra Mundial. Provavelmente foi uma tentativa de Virilio de sintetizar a ideia presente numa declaração de Hitler, de 19 de março de 1945, que ficou conhecida como Decreto Nero, pois tal qual o imperador romano conhecido por ter alegadamente mandado

---

<sup>7</sup> “Junto a Hitler, comandantes nazistas como Joseph Goebbels e Heinrich Himmler todos cometeram suicídio. Bernhard Rust, ministro da Educação do Reich, se matou em 8 de maio de 1945. (...) Oito dos 41 líderes regionais do partido que tiveram cargo entre 1926 e 1945 e sete dos 47 mais altos funcionários da SS e da polícia cometeram suicídio, seguidos de um número incontável de oficiais nazistas de baixa patente. (...) De acordo com uma estatística de 1950, 53 de 554 generais do exército, 14 dos 98 generais da Luftwaffe e 11 de 53 almirantes se mataram” (GOESCHEL, 2009, p. 152). “Along with Hitler, top Nazis like Joseph Goebbels and Heinrich Himmler all committed suicide. Bernhard Rust, Reich Minister of Education, killed himself on 8 May 1945. [...] Eight out of 41 party regional leaders who held office between 1926 and 1945 and 7 out of 47 higher SS and police leaders committed suicide, followed by an unknown number of lower Nazi officials. [...] According to a 1950 statistic, 53 out of 554 army generals, 14 out of 98 Luftwaffe generals and 11 out of 53 admirals killed themselves.”

<sup>8</sup> Não foi apenas o autor deste presente artigo que falhou em encontrar a fonte original de tal telegrama, de acordo com o reproduzido por Virilio e outros, como se pode ver na nota 102 de um texto do teórico Jacopo Martire (2021, p. 28-29).

queimar Roma, Hitler sugeriu destruir toda a infraestrutura da Alemanha de comunicação, locomoção, abastecimento e indústria, com o objetivo oficial de impedir que os soviéticos, que avançavam terreno alemão adentro, se aproveitassem dessas construções<sup>9</sup>. Apontado como o responsável pela hercúlea tarefa, Albert Speer, ministro dos Armamentos e da Produção de Guerra do Reich, conta em suas memórias (1971), o quanto ele ficou assustado com a ordem de Hitler, em função da obrigatoriedade de remover uma grande população alemã sem ter condições (meios de transporte, alojamentos, comida etc.) para a empresa. Poderia ser um falso arrependimento de Speer para diminuir sua pena – ainda que falso, seria dos poucos arrependimentos registrados entre os nazistas, mesmo no pós-guerra, como nota Goeschel (2009, p. 156). Mas Speer registrou – e o GHDI armazena – a resposta que ele deu a Hitler, uma semana depois, em uma carta em que também deixa por escrito, um suposto diálogo em que os dois, Hitler e Speer, teriam tido no dia anterior ao Decreto Nero. E é nessa carta que aparecem com bastante clareza frases de Hitler sobre a destruição da Alemanha e do seu povo:

Se a guerra está perdida, o povo alemão está perdido também. Este destino é inevitável. É inútil se preocupar com as condições que são necessárias à sobrevivência mais elementar do povo. Ao contrário, é preferível destruir mesmo essas coisas. Porque esta nação se mostrou mais fraca e o futuro pertence exclusivamente à nação do Leste, que se mostrou mais forte. Esses que restarão após este combate são os medíocres, porque os bons foram mortos. (GHDI, 1945, p. 2)<sup>10</sup>

Tais palavras, mesmo que registradas e enviadas a Hitler poderiam ter sido inventadas por Speer – já que não temos nada do próprio punho do *Führer* sobre o tema, nem para comprovar, e ainda menos para contestar<sup>11</sup>. De qualquer forma, esse sentimento

---

<sup>9</sup> Huber defende que a política de “terra arrasada” já tinha começado a ser colocada em prática desde 1943, ao menos ao Leste do país, enquanto as tropas alemãs recuavam ante o avanço soviético (HUBER, 2019).

<sup>10</sup> “[...] if the war is lost the nation will also be lost. This fate is unavoidable. It is not necessary to show any consideration for the bases, which the people will need for their very primitive further existence; on the contrary, it is better to destroy even these things. For the nation has showed itself to be the weaker one and the future belongs exclusively to the stronger eastern nation. Those remaining after the struggle are in any case the less valuable ones because the good ones have been killed.”

<sup>11</sup> Em sua biografia, Speer explica que, no comunicado em questão enviado a Hitler, antes de começar a reproduzir o discurso do chanceler alemão, Speer fez questão de acrescentar uma expressão no comunicado (“Se eu a compreendi bem...”) para deixar claro que estava reproduzindo de memória um comunicado oral e que era necessário ser confirmado pelo receptor da missiva. Segundo Speer, tal expressão, contudo, pode ter deixado espaço para o “Führer” se esquivar de qualquer responsabilidade, deixando implícito que, sim, Speer não teria entendido bem a fala de Hitler (1971, e-book).

parecia ser geral. Em outro trecho de suas memórias, Speer conta da reunião dele com administradores de regiões alemãs que afirmavam que “se a guerra está perdida, não é a culpa nem do *Führer* nem culpa do partido, mas do povo alemão que, de todo jeito, só os miseráveis perdidos sobreviverão a essa terrível catástrofe” (SPEER, 1971, e-book)<sup>12</sup>. Em seu livro que também fala sobre o suicídio em massa entre alemães no último momento da Segunda Guerra Mundial, Florian Huber lembra que, um dia antes de se matar, Hitler ditou para a sua secretária um testamento privado em que diz ter sempre defendido a paz, culpa os judeus pela guerra e a destruição e acusa seu próprio povo de traição. Nesse texto, Hitler clama pela última vez os seus conterrâneos para a luta dizendo que “a rendição de um território ou cidade é impossível”<sup>13</sup> (HUBER, 2019, e-book). “O suicídio do próprio Hitler”, Huber (2019, e-book) interpreta, “pressupõe a aniquilação da Alemanha”<sup>14</sup>. Se não é possível se render, e se a derrota é certa, a opção que sobra é a morte, o próprio extermínio. Ou, dito de forma mais sucinta ainda, como formulou Virilio (1976, p. 43-44): “Se a guerra está perdida, que pereça a nação”<sup>15</sup>.

### 1.1 A limpeza

Em 1976, o ensaísta e arquiteto Paul Virilio publicou *Essai sur l'insécurité du territoire* cuja primeira parte se chamava exatamente “*L'État suicidaire*”: o Estado suicidário. No texto, ele tenta comparar o período do pós-guerra com o da guerra em si. Se esta foi marcada pela guerra total, aquela seria marcada pela paz total, uma forma de dizer que, mesmo que não estivéssemos expostos a bombardeios diariamente, na década de 1970, havia o perigo ainda iminente da destruição completa, por conta da Guerra Fria. Mas não apenas a disputa velada entre EUA e URSS era um risco. O crescimento vertiginoso de informações também nos ameaçava de morte, ele argumenta. Havia três formas identificadas por Virilio de encarar esse perigo mortal. De um lado, havia os que se empolgavam com essa avalanche informativa, mesmo que isso os sobrepujasse, os soterrasse. De outro, aqueles que tinham uma relação de aversão à informação, produzindo um mundo à parte, desconectado. Por

---

<sup>12</sup> « [S]i la guerre est perdue, ce n'est ni la faute du Führer, ni la faute du parti, mais celle du peuple allemand, dont, de toute façon, seules de misérables épaves survivront à cette terrible catastrophe ».

<sup>13</sup> “[T]he surrender of a territory or a city is impossible”.

<sup>14</sup> “Hitler’s own suicide presupposed the annihilation of Germany.”

<sup>15</sup> « Si la guerre est perdue, que la nation périsse ».

fim, havia “aqueles que se servem da informação a um FIM: os realizadores do Estado suicidário” (VIRILIO, 1971, p. 47)<sup>16</sup>. Enquanto as duas primeiras categorias estariam perdidas buscando algum sentido nessa avalanche de informação, os realizadores do Estado suicidário sabiam bem o que queriam com tanta informação: a destruição total. Nesta categoria, o sentido do real está relacionado com o “desprezo, o ódio do cotidiano” (VIRILIO: 1971, 48). Mesmo que envolva “objetivos vitalistas”, tal categoria explora todos os dias os nossos “instintos de morte”. E isso pode ser composto por – ou estar fantasiado de – governos populares ou até mesmo por forças democráticas. Na verdade, são “novos Estados totalitários perfeitamente definidos sobre o plano geral pela ascensão constante dos gráficos em direção à morte planetária” (VIRILIO, 1971, p. 49-50)<sup>17</sup>.

Apesar de o trecho ter uma assombrosa reverberação com a atualidade – e com os grupos de bilionários de hoje, donos de empresas de tecnologia e de empresas de exploração espacial –, Virilio não se dá ao trabalho de explicar a razão pela qual tal grupo buscaria o fim do mundo, de forma ativa, como parece ser o caso em seu texto, num processo que parece simplesmente uma versão coletiva de uma pulsão de morte que acaba por ser, ao termo, de suicídio.

No mesmo ano em que Virilio lança o seu livro, Michel Foucault está proferindo um dos seus tradicionais cursos no *Collège de France* e faz uma ponte direta com Virilio e o Estado suicidário. Lecionando entre 1975 e 1976 o curso que saiu no livro *Em defesa da sociedade*, Foucault formula um dos seus conceitos mais conhecidos, a biopolítica ou o biopoder – e podemos ver a construção do conceito ao longo do tempo. Não é igualmente coincidência que, no mesmo ano, ele lance o primeiro volume da *História da sexualidade*, cujo subtítulo é *A vontade de saber*, e em que, entre outros temas, aborda o mesmo conceito. A aula de 17 de março de 1976, a última do curso anual, é o momento em que o termo é pronunciado pela primeira vez. Como se sabe, Foucault demonstra como haveria uma diferença entre o modo de governar do soberano feudal e dos Estados modernos. Se o soberano feudal tinha o poder da vida e da morte de seus súditos, fazendo com que pudesse exigir que morressem por ele; nos Estados modernos, o processo ficou mais sutil e, ao mesmo tempo, mais eficiente. Essa técnica moderna também seria diferente da disciplina porque não é aplicada a um único

---

<sup>16</sup> « [C]eux qui se servent de l'information à une FIN : les réalisateurs de l'État suicidaire. »

<sup>17</sup> « [M]ais un nouvel État totalitaire parfaitement défini sur le plan général par l'ascension constante des graphiques vers la mort planétaire. »

corpo, tentando domar os instintos de cada um dos indivíduos em separado, mas atuaria no conjunto da sociedade de uma vez só. Seria uma técnica perfeita para as sociedades de massa, em que a massa precisa ser “controlada” toda de uma vez só. A biopolítica, desta forma, é um mecanismo que se aproveita das novidades trazidas pela ciência, seja no campo da biologia, seja no campo da estatística ou de qualquer outro, para fazer com que o Estado soberano mantenha a massa sob controle. “Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade”, exemplifica Foucault (2005, p. 293-294) na aula. Dessa forma será necessário “instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida” (FOUCAULT, 2005, p. 293-294). A intenção não é mais disciplinar, mas regular e regulamentar. Transformar aqueles seres vivos em seres produtivos, para que o Estado continue a girar. O Estado precisa de mais população e mais população saudável para criar as riquezas da qual o Estado vai usurpar.

Seu olhar sobre a discriminação usando raças como parâmetros aparece nesse momento, como introdução à temática nazifascista. O racismo não foi obviamente criado pela sociedade moderna, mas foi com o biopoder que o racismo ganhou uma nova faceta, verdadeiramente estatal, que separa os “melhores” dos “piores”, explica Foucault. Isso porque o racismo transformou a estratégia guerreira, que diz que para viver é necessário matar o seu inimigo, em um processo em que o inimigo se tornou um problema biológico. Extingue-se parte da população, aquela considerada doente, fraca, pior, para que a minha espécie, o meu formato de viver, o meu modo de se portar no mundo possa proliferar. “[A] morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”, explica Foucault (2005, p. 305), lembrando que a morte não precisa ser o assassinato direto, o puxar de um gatilho. Há formas de matar, ou melhor, de deixar morrer, muito mais ardilosas (FOUCAULT, 2005, p. 306), como, poderíamos acrescentar à guisa de exemplo, deixar uma parte da população sem acesso a saneamento básico ou exposta a violências policiais ilegais. Esse tipo de racismo, Foucault alega, seria fruto direto do chamado darwinismo social, movimento do fim do século XIX e início do XX que contrabandeou as teorias de Charles Darwin de forma extremamente enviesada para hierarquizar os diferentes grupos sociais que compunham uma comunidade. Serviu de pólvora para esse tipo de arrazoamento o

projeto colonialista: “Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 307).

É nesse contexto que Foucault chega ao nazismo. Para o pensador francês, o nazismo foi a combinação entre o poder disciplinar, ou seja, aquele que afeta individualmente cada corpo, e o biopoder, que age no atacado sobre a massa. “Esse poder de matar, que perpassa todo o corpo social da sociedade nazista, se manifesta, antes de tudo, porque o poder de matar, o poder de vida e de morte é dado não simplesmente ao Estado, mas a toda uma série de indivíduos”, como aos integrantes da SA e da SS, exemplifica o pensador francês (2005, p. 310). Havia o ataque de indivíduo a indivíduo, mas esse ataque era coordenado de forma superior, ou seja, havia, ao mesmo tempo, um governo ditatorial absoluto e violento que tinha uma capilaridade enorme na sociedade, pois os nazistas acreditavam piamente no projeto do III Reich. Eles não estavam enganados, forçados, não estavam atuando contra a vontade ou obrigados. Faziam porque queriam. É por isso que Foucault diz que esse Estado fundado sobre ideais racistas se transforma rapidamente num Estado assassino que deságua no Estado suicidário: “Quanto mais numerosos forem os que morrerem entre nós, mais pura será a raça a que pertencemos” (FOUCAULT, 2005, p. 308). Seria assim, interpreta ele, o modo de pensar fascista. Mesmo que numa primeira leitura tal frase possa parecer contraditória com a ideia anteriormente apresentada, de que, para a elite nazista, só teriam sobrevivido ao fim da guerra os mais indignos, o que Foucault quer ressaltar aqui é que, mesmo que na prática não tenha ocorrido exatamente como o planejado, o modo de agir fascista era sustentado em dois pilares: solução final para os judeus, que representavam, ao cabo, todas as demais raças; e suicídio da própria nação, como efeito colateral, o que pode ser demonstrado pelo famigerado e (provavelmente) apócrifo telegrama 71, também mencionado pelo filósofo e historiador francês (FOUCAULT, 2005, p. 311). O corte na própria carne, a eliminação do próprio povo alemão-ariano, seria um esforço para continuar no processo de depuração da raça.

Em suma, havia nesse movimento, que vai do homicídio em massa para o suicídio em massa, a exemplificação-mor tanto dos mecanismos disciplinares quanto dos de biopoder. Se o primeiro é demonstrado pela atomização das ações violentas, que faziam com que cada um dos partidários do nazismo se sentisse autorizado para agir em nome do regime, o

segundo é a mais perfeita e cruel caracterização do darwinismo social. Apenas os mais aptos sobreviveriam. Mesmo que para isso fosse necessário excluir, no desenvolver do processo, parcela considerável dos próprios alemães, aqueles que eram até há pouco considerados parte dos “escolhidos”. O processo de depuração vai eliminando, a cada rodada, quem for considerado mais fraco – e essa definição pode ser modificada, esse padrão de corte se tornar mais exigente. Na prática, se transforma na comprovação do biopoder elevado à última consequência: o Estado suicidário. No primeiro momento, o inimigo eram os judeus, depois seriam quaisquer outros grupos diferentes do considerado ariano. Por fim, até mesmo os arianos, que não eram fortes o suficiente para lidar com os soviéticos que invadiam a Alemanha, como vimos nas falas de Hitler e de seus sectários, nos momentos finais da guerra.

## 1.2 Corrosão

Uma das primeiras vezes em que a expressão “Estado suicidário” aparece como citação é em um dos *Mil platôs*, de Deleuze e Guattari. É o que tem como título “1933, Micropolítica e segmentaridade”, publicado originalmente em 1980. Nele, a dupla de pensadores franceses ressalta que tal expressão representaria muito melhor o fascismo – e o nazismo seria uma das formas aplicadas do fascismo, pensado aqui como movimento político genérico – do que o comumente usado Estado totalitário. Para defender esse ponto, eles falam sobre seus conceitos de linhas e máquinas de guerra. Em uma sentença: para eles, o fascismo se caracteriza como tal quando as máquinas de guerra assumem o próprio Estado e criam, em vez de linhas de fuga, como é a sua particularidade, linhas de pura destruição. Por isso, em vez de pensar num Estado que controla todos os aspectos da conduta de seus habitantes, que seria, grosso modo, o caso do totalitarismo, eles pegam emprestada a ideia de um Estado suicidário, por sua característica de provocar a abolição de tudo, inclusive a sua própria.

Explicando melhor o processo e cada um dos termos vemos que as máquinas de guerra são mecanismos que escapam da captura (“sobrecodificação”, como eles a chamam) do Estado, do capitalismo, deste sistema econômico-político que afeta também nossas relações sociais e nossos valores morais da comunidade em que estamos inseridos. A máquina de guerra deve ser pensada como *a* forma da exterioridade, enquanto o Estado seria a

própria interioridade. Não é apenas uma exterioridade dicotômica em relação ao Estado, mas algo que foge dele: “o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar”, explicam Deleuze e Guattari (1980, p. 438)<sup>18</sup>, no platô dedicado ao conceito enquanto a máquina de guerra é o que produz o inabitual, o inusitado e o extraordinário.

Pensando na origem da ideia, Deleuze e Guattari se utilizam da imagem de nômades, que não se assentam em determinado Estado e, inclusive, lutam contra ele. Seguindo uma sugestão do antropólogo Pierre Clastres, também usam a imagem de alguns grupos indígenas presentes na atual América do Sul, que lutariam contra a formação do Estado. A “máquina de guerra é dirigida contra a forma-Estado, atual ou virtual”, (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 442)<sup>19</sup>. O Estado, para deixar claro, é um formato que, para os pensadores franceses, vai além da mera organização social de uma nação – por isso, inclusive, em alguns momentos eles escrevem “aparelho de captura do Estado”. Indica ainda um modo de se portar no mundo, que tem a ver com o estabelecimento de fronteiras fixas, de identidades claras, daquilo que poderia ser, em teoria, conhecido na sua totalidade. O Estado busca, precisa buscar qualquer novidade, qualquer diferença para torná-la igual, domesticá-la, sobrecodificá-la, pois é este o seu modo de atuar. Por outro lado, “toda criação nesse sentido passa por uma máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 122).

Uma forma fácil de se entender as máquinas de guerra, como aquilo que funciona para além das fronteiras da política pensada aqui de modo *stricto sensu*, é lembrar de como um movimento artístico potente e inovador nasce incomodando o poder estabelecido – às vezes, se utilizando de iconoclastia, outras tentando ampliar o tipo de valor moral que está em jogo em um determinado momento histórico, e aparecendo até em casos em que se usa um certo tipo de violência – e o quanto o poder vigente se rearruma para restabelecer, para reabsorver dentro dos seus limites essas máquinas que fogem, numa tentativa de docilizá-las, torná-las inofensivas e parte do *status quo*. No caso do fascismo mais especificamente, podemos pensar essas máquinas de guerra como grupos organizados que se colocam, num primeiro momento, contra o sistema político em voga, que querem criar um tipo alternativo de organização social – muitas vezes baseadas em ideais de um passado mitológico e

---

<sup>18</sup> « [L]'appareil d'Etat constitue la forme d'intériorité que nous prenons habituellement pour modèle, ou d'après laquelle nous avons l'habitude de penser ».

<sup>19</sup> « [L]a machine de guerre est dirigée contre la forme-Etat, actuelle ou virtuelle. »

inacessível, como a raça pura, a nação dos incorruptíveis, o resgate de uma glória passada – e estão dispostos a usar de toda a força para derrubar a estrutura burocrática estabelecida, num processo parecido com uma revolução.

Para escapar da captura do Estado, as máquinas de guerra traçam o que Deleuze e Guattari chamam de linhas de fuga. No platô “Micropolítica e segmentaridade”, em que abordam mais diretamente o fascismo, os dois pensadores franceses falam sobre como nossas vidas e as estruturas coletivas sociopolíticas em que estamos sempre inseridos são pensadas na forma de segmentaridade e linhas. Do ponto de vista individual, dá para visualizar o que eles querem dizer com isso quando imaginamos como nós somos sempre um conjunto de segmentos: aquele que toma café, aquele que vai para o trabalho, aquele que tem um certo comportamento com a família – segmentos esses que vão se substituindo e/ou se sobrepondo. Procedimento parecido acontece, eles sugerem, com as linhas, em que um traço da nossa existência se conecta a outra num processo razoavelmente encadeado. As linhas de fuga são aquelas que saem desses trilhos para criar novos caminhos, para construir movimentos não previstos anteriormente. Elas são “a fonte de criatividade que nos move para além do território e do código (da casa e do hábito), e da ressonância e da sobrecodificação (da burocracia e do Estado)”<sup>20</sup>, como explica John Protevi (2000, p. 173), filósofo estadunidense especializado na obra dos dois franceses. Então, como um mecanismo de criação, de inovação, que produz aquilo que ainda não existe, e atua contra o aparelho de captura do Estado, pode, ao mesmo tempo, agir junto a ele e, pior, em vez de criar, destruir? Esse é um dos “problemas fundamentais do Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 103) e o maior dos perigos do fascismo: transformar esse grupo externo em algo inserido dentro da composição estatal, sem que, por isso, ele perca sua força inovadora.

É claro que nem todo grupo antissistema é uma potencial célula fascista – ao contrário: na maioria das vezes, são projetos que trazem exatamente o novo, o impensado, a criação –, assim como nem todo Estado vai se transformar, necessariamente, em uma máquina de aniquilamento. Para isso, é preciso cumprir certos requisitos. Por exemplo, a necessidade de, antes, a máquina de guerra de características fascistas ocupar o Estado. Feito isso, acontece uma transformação, ou melhor, um curto-circuito. Sua energia primordial

---

<sup>20</sup> “[T]he source of creativity that moves us away from territory and code (from home and habit), and from resonance and overcoding (from bureaucracy and State)”.

que aparecia como capacidade de mutação, sua habilidade de se metamorfosear e escapar dos tentáculos do próprio Estado, começa a produzir uma única resultante: a destruição. E, resalte-se: não é necessariamente “tomar” o Estado, no sentido exclusivo de se transformar em governo (o que pode e nos casos históricos acabaram por acontecer, na prática), mas em ter uma proposta que seja, ao mesmo tempo de inovação e de captura. Isto quer dizer: que a sua proposta seja “revolucionária”, do ponto de vista da transformação substancial da maneira como a sociedade se organiza, o que pode ser lido como sua capacidade de criação, mas, em vez de as propostas “revolucionárias” visarem a ampliação da liberdade de ação, da autonomia dos seus cidadãos, das relações comunitárias, de independência pessoal e de estabelecimento de um mínimo de dignidade social, opta-se por um caminho inverso, destrutivo: de exclusão dos diferentes, de congelamento de um ideal de identidade único e opressor, de perseguição das populações já historicamente vulneráveis do ponto-de-vista político-social, de, em suma, ataque a todos aqueles que são considerados inimigos do movimento “revolucionário”. Aí, sim, *cria-se a destruição*, paradoxo este que aparece com o fascismo e é uma fórmula para entendê-lo. Sua criação, sua “novidade”, sua força e energia, aquilo pelo qual os indivíduos se apaixonam e a razão por que querem participar do movimento, é a capacidade de terminar, eliminar, destruir e abolir. É aí, é por causa disso, que a máquina de guerra “libera a carga mais catastrófica”. A guerra, como não poderia deixar de ser, é “o único objeto que resta à máquina de guerra quando ela perdeu sua potência de mudar” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 122). É por esse motivo que estas máquinas de guerra fascistas, quando tomam o Estado, nesse processo paradoxal de serem ao mesmo tempo inovadoras e aniquiladoras, por quererem uma transformação profunda das formas de organização da sociedade, mas que tal transformação visa apenas a destruição da própria capacidade de tal sociedade existir, acabam corroendo o próprio Estado por dentro – e o Estado não tem alternativa a não ser colapsar. Prova disso é o gene bélico do fascismo, que tem a guerra como meta, de forma literal ou metafórica, pois que precisa destruir o adversário, o inimigo, aquele que ele considera o responsável pelos seus males. Prova disso também é a necessidade intrínseca de, quando não for mais possível continuar a combater, a vencer, a eliminar aqueles do outro lado do *front*, jamais se entregar ou se render, ou seja, “se a guerra está perdida, que a nação pereça” (VIRILIO, 1976, p. 43-44).

### 1.3 Exclusão

Há um pensamento que Deleuze, sozinho ou com Guattari, repete com frequência desde os *Mil platôs*, de 1980: não haveria, em sua leitura, a noção de maioria. Dito de outra forma: quando compreendida no padrão analítico, a maioria nunca tem um rosto, nunca é um alguém, é sempre um Ninguém (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 134). Ele repete isso na entrevista que concede para Claire Parnet no fim da década de 1980, no que ficou conhecido como o Abecedário de Deleuze<sup>21</sup> e, em outra entrevista dada a Toni Negri, em 1990 (DELEUZE, 1992, p. 214), para mencionar três exemplos. Sem representar necessariamente uma realidade estatística ou numérica, a noção de maioria é associada aos traços de dominação de um grupo sobre o outro. Deleuze e Guattari (1980, p. 133) explicam que mesmo que o “homem” não exista em maior número no mundo que os mosquitos (e as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais...), eles podem ser considerados a “maioria”: “porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante”.<sup>22</sup> É o não-marcado, aquele que se vê como o padrão para todos os demais, a origem, o modelo. A maioria, dessa forma, é associada ao homem, branco, hétero, cis, habitante das cidades, e por aí vai. Mas, Deleuze alerta, essa identidade fixa escorre, pode escorrer, a qualquer momento. Não que a pessoa deixe de ser homem, ou branco, ou hétero, como alguns homens, brancos, héteros parecem se preocupar constantemente, mas que “[t]odo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo”, como conta Deleuze (1992, p. 214) para Negri. Indo além: ninguém conseguiria manter esse formato fixo, essa imutabilidade-imobilidade, de forma tão incorruptiva a todo momento. Por isso que ele diz, junto a Guattari, que “a minoria é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 133-134)<sup>23</sup>. Ou seja, mesmo que se estabeleça um formato, um padrão a se comportar, um modelo a seguir, sempre em algum instante, quando não é possível se controlar, um determinado comportamento fora do planejado, que contradiz e abre o cadeado dessa prisão, pode

---

<sup>21</sup> É possível ver o trecho nesse link: <https://youtu.be/c2r-HjICFJM?t=1368> Acesso em 10 ago. 2023.

<sup>22</sup> « Il est évident que « l'homme » a la majorité, même s'il est moins nombreux que les moustiques, les enfants, les femmes, les Noirs, les paysans, les homosexuels..., etc. C'est qu'il apparaît deux fois, une fois dans la constante, une fois dans la variable d'où l'on extrait la constante. »

<sup>23</sup> « [L]e devenir de tout le monde, son devenir potentiel pour autant qu'il dévie du modèle ».

aparecer. Não é exatamente uma certeza que ocorra o devir, mas uma potencialidade. E já como potencialidade, um perigo para quem quer manter artificialmente uma maioria. Porque a minoria é sempre vista como fora do projeto totalizador: “o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, 134)<sup>24</sup>. Esse devir-minoritário não é uma condição dada de antemão: é uma possibilidade de abertura para um momento, um acontecimento que cria uma transformação, algo novo, que estabelece um diferente horizonte.

O que o fascismo fez – e faz, nas suas novas roupagens – é confundir esses dois elementos até o ponto de se sufocar por completo ao fim, num processo que não há como escapar da própria morte. Há um movimento inicial de um grupo de fora do Estado; portanto, em tese, de fora de uma maioria então constituída, com toda a energia libidinal dessa posição, de se saber lutando contra a estrutura já estabelecida que é vista como um tipo de opressão. Essa é a energia das máquinas de guerra, mencionadas no subcapítulo anterior, sedutora e que, em outros momentos e em outras condições, se aparenta com a das revoluções, por exemplo – é o que Deleuze chama de devir revolucionário (mas não confundir com o futuro das revoluções na história, ou seja, com a consequência que esse devir teve no processo histórico que é, geralmente, “pouco revolucionário” (DELEUZE, 1992, 211)). Entretanto, ao se comportar como Estado, querendo formar uma maioria, essa máquina de guerra, em vez de produzir uma novidade, uma tentativa de reconstruir as estruturas da sociedade em outros formatos, ou ao menos tentar se estabelecer como uma maioria constitutiva, num processo conservador, precisa continuar a se alimentar da energia que a “novidade” engendra. É nesse momento que o circuito se fecha.

De um lado há o estabelecimento do que é o padrão majoritário dos projetos fascistas – o ariano, o romano, o homem de bem –, do outro, a dificuldade constantemente crescente de se precisar as fronteiras deste padrão. O que era o modelo ontem não funciona mais para hoje. O que era a maioria ontem já não cabe mais no hoje. Não que as demais pessoas excluídas dessa definição tenham produzido devires-minoritários, e tenham se percebido fora do grupo identitário que se vê como maioria (o que demonstra que maioria e minoria

---

<sup>24</sup> « [L]e majoritaire comme système homogène et constant, les minorités comme sous-systèmes, et le minoritaire comme devenir potentiel et créé, créatif. »

não são conceitos opostos similares nem complementares), mas que as exigências para ser considerado parte dessa maioria se tornam mais e mais extremas. Exemplificando: os alemães que sobreviveram à guerra eram, ainda no início do conflito, considerados partes do projeto nazista de constituição do III Reich. Com o passar do tempo, eles mesmos foram excluídos do plano fascista de dominação total. Não por terem se entendido como não-arianos, mas porque os líderes nazis não os vinham mais como iguais, apenas como fracos e os responsáveis pela derrota alemã. Isso acontece porque a ideia de maioria não é fixa, é sempre o Ninguém, o vazio, porque o ideal de maioria reflete apenas o rosto do seu líder, que é uma ausência, pois não acredita que ninguém o espelhe, não enxerga outrem como digno de se ombrear consigo: ao fim, vira uma maioria de um homem só. Mesmo assim, tal líder precisa da energia da criação para manter seu movimento em constante rotação. O que acaba por produzir, como visto, unicamente a destruição.

Dito de outra forma: como ninguém se adequa permanentemente à maioria, o processo é sempre de diminuição do espectro daqueles que são capazes de pertencer à tal grupo majoritário. Por isso que o Estado fascista tem como fim, mesmo que não intencionalmente, a autodestruição, pois é baseado em uma ilusão que jamais poderá se concretizar (a tal maioria). Os fascistas estabelecem o povo ideal e vão diminuindo esse alcance e excluindo quem, a cada revisão da sua receita, não se encaixa nesse formato. No caso do nazismo, é fácil enxergar como isso funcionou: em primeiro lugar comunistas, judeus, portadores de deficiência, ciganos, todos os que não são considerados arianos foram excluídos da maioria. Depois, até o próprio povo alemão é transformado em culpado, em alvo, naquele que é o responsável pela não concretização do projeto porque não se encaixa no ideal de força, e são retirados também da maioria. Ao fim, não sobra ninguém – como dito por Deleuze e Guattari a maioria é Ninguém. Ou, como teria dito Hitler, “[e]sses que restarão após este combate são os medíocres, porque os bons foram mortos” (GHDI, 1945, p. 2).

Não existe esse formato de maioria que seria o povo ideal, idealizado, imaginado, eterno, idêntico enquanto identidade, sem qualquer modificação. Esse povo que se pretende ideal acaba por excluir quem não for a imagem e semelhança do próprio *Führer*, terminando apenas com o *Führer* se identificando com o seu próprio ideal. Sozinho, a única saída possível

é se exterminar. E, como visto, o suicídio do líder da maioria pressupõe a aniquilação também da maioria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há ao menos duas constantes em todas as formas de interpretação do conceito de Estado suicidário associada às experiências nazifascistas da primeira metade do século XX. A primeira é que o processo em que a autorização da morte é distribuída para outros homens, além do próprio Estado, como explicou Foucault, ou dito de forma mais sucinta, a tomada de poder do Estado por parte das máquinas de guerra, como disseram Deleuze e Guattari, vai fatalmente produzir destruição. Essa energia que é confundida com a energia de participar de uma revolução, de fazer parte da História, de estar mudando o mundo, de estar do lado certo, é o que empolga seus partidários – e os fazem participar das piores atrocidades como se fossem parte de suas salvaçãoes. Mas há um outro processo que está conectado de forma intrínseca aos já mencionados: não há como tal sistema se sustentar por muito tempo. É preciso continuar a destruição para servir de combustível ao processo que é, ao fim e por conta exatamente disso, de aniquilação total. Em algum momento, tal combustível tende a acabar – em ambos os sentidos possíveis.

É, mais ou menos, o que o cientista político estadunidense Robert O. Paxton chama em seu clássico *The anatomy of Fascism* (2004) processo de radicalização, de um lado, e entropia, do outro. Ao avaliar os dois sistemas fascistas mais famosos dos anos 1920-1940, o fascismo italiano e o nazismo alemão, ele sugere que era essa a bifurcação em que eles se encontravam na década de 1930. Segundo Paxton, o fascismo italiano tendeu ao que ele chamou de “entropia”, mas uma entropia do próprio processo inicialmente proposto, que era criar uma “revolução reativa”. Ou seja, em vez de dar continuidade à chama de (auto)destruição que caracterizaria o fascismo genérico, sua versão italiana, já nos seus arquezos finais, se encaminhava em direção a se tornar “apenas” um Estado totalitário, com as características perseguições a opositores do regime e controles extremos das liberdades individuais, entre outras características de tal forma de governo. Já o nazismo alemão seguiu

pelo caminho do puro arrasamento, a linha de fuga que se transformou em autocombustão, numa radicalização cujo fim só poderia ser a própria extinção.

Nenhum regime consegue se manter em constante modo de destruição todo o tempo, sob o risco de colapsar ante sua própria sede de abolição. Isso até poderia ser uma imagem com leves tons otimistas, pois jamais um fascismo sobreviverá por muito tempo. O problema, contudo, é o tamanho do estrago que pode ser realizado até que tal projeto político desmorone sob as suas próprias forças implosivas. Há vezes que apenas quatro anos de um governo com características fascistas podem criar uma destruição de tão grande monta que certos parâmetros de conservação são ultrapassados e se torna muito difícil retornarmos ao estado anterior. O que pode ser ainda mais grave em um mundo que não tem tanto mais tempo para continuar da forma como vem existindo e precisa urgentemente se modificar estruturalmente, por conta da catástrofe ambiental que se transforma a cada momento mais nossa realidade atual. Neste mundo cujo futuro parece dia a dia mais incerto, há ainda menos espaço ou tempo para qualquer experiência que ressoe, mesmo que de forma indireta, com o fascismo.

Recebido em: 07/05/2023

Aceito em: 07/09/2023

Publicado em: 24/12/2023

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; LOWENTHAL, Leo; MASSING, Paul W. Antissemitismo e propaganda fascista. In: Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. Tradução Verlaine Freitas. Editora Unesp, São Paulo: 2015.

DELEUZE, Gilles. Conversações - 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mille Plateaux. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol 3. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. Editora 34, São Paulo: 1996.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

GHDI. Hitler's "Scorched Earth" Decree (Nero Decree) (March 19, 1945) and Albert Speer's Response (March 29, 1945). Acessado em [https://ghdi.ghi-dc.org/pdf/eng/English\\_100.pdf](https://ghdi.ghi-dc.org/pdf/eng/English_100.pdf), dia 28/04/2023.

GOESCHEL, Christian. Suicide in Nazi German. Oxford Press (EUA), Nova York: 2009.

GRUPO DE PESQUISA MATERIALISMOS. Seminário Direitas, Fascismos, Bolsonarismo - Sessão 6: Vladimir Safatle e Alvaro Bianchi. YouTube, 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rviyAfBBA6U>.

HUBER, Florian. Promise me you'll shoot yourself. The mass suicide of ordinary Germans in 1945. Tradução do alemão por Imogen Taylor. The Text Publishing Company, Melbourne: 2019, e-book.

MARTIRE, Jacopo. The missing piece of the European Crisis: Europe's autoimmunitary disease. NYU School of Law: New York, NY. 2021.

PAXTON, Robert O. The anatomy of fascism. Alfred A. Knopf: New York, 2004.

PROTEVI, John. "A Problem of Pure Matter': Deleuze and Guattari's Treatment of Fascist Nihilism in A Thousand Plateaus," in Nihilism Now!: "Monsters of Energy", ed. Keith Ansell-Pearson and Diane Morgan. Macmillan, 2000: 167-188.

SAFATLE, Vladimir. Estado suicidário. Reflexões sobre o fascismo e os problemas do uso político do conceito de pulsão de morte. In: A terra é redonda. Publicado em 13/11/2021, no site: <https://aterraeredonda.com.br/estado-suicidario/>. Acessado dia 03/05/2023.

SAFATLE, Vladimir. bem vindo ao estado suicidário. in: N-1. [2020?]. Publicado no site <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>. Acessado dia 03/05/2023.

SPEER, Albert. Au Cœur du Troisième Reich. Tradução Benoît Lemay. Paris: Fayard, 1971, e-book.

VIRILIO, Paul. Essai sur l'insécurité du territoire. Stock, Paris: 1976.

